

O PAPEL DA MULHER NOS CONFLITOS INTERNACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GUERRA DA BÓSNIA

Kalila Bassanetti
kaka_bass@hotmail.com

RESUMO

O debate sobre o feminismo nas Relações Internacionais, apesar de ainda ter pouca abordagem em relação ao debate teórico clássico, vem ganhando mais espaço nos últimos anos. Este trabalho pretende analisar a Guerra da Bósnia, conflito ocorrido de 1993 a 1995 sob a ótica feminista e desta forma, identificar o papel da mulher nos conflitos internacionais.

ABSTRACT

The conversations about Feminism in International Relations, despite of still having a little approach towards classical theoretical debate, is gaining more space in recent years. This article aims to examine the Bosnian War, conflict occurred from 1993 to 1995, and therefore to identify the role of women in international conflicts from the feminist perspective.

Palavras chaves: abordagem feminista nas Relações Internacionais; Guerra da Bósnia; papel da mulher em conflitos

Key words: feminist approach in International Relations, Bosnian War, role of women in conflicts

1 INTRODUÇÃO

A Guerra da Bósnia marcou a década de 90 por ser o mais longo e mais sangrento conflito ocorrido desde a Segunda Guerra Mundial. Com um número expressivo de mortos, desaparecidos, refugiados e torturados, o episódio teve início em 1992, com a declaração de independência da Bósnia e Herzegovina¹ da então República Socialista Federativa da Iugoslávia.

Um dos motivos que tornou este conflito tão importante foi também o ressurgimento dos campos de concentração, onde se estima que milhares de mulheres foram sistematicamente estupradas com o objetivo de realizar uma limpeza étnica dos bósnios-muçulmanos. Deste modo, o estupro em massa foi considerado pela primeira vez como um crime de guerra. O conflito teve fim apenas em 1995 com a assinatura do Acordo de Dayton, mas as cicatrizes perduram até hoje.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa será identificar qual foi o papel da mulher na Guerra da Bósnia sob a ótica da abordagem feminista das Relações Internacionais. Será analisado não apenas o lado do estupro como arma de guerra, mas também a participação feminina no andamento das atividades do país durante e depois do conflito.

O enfoque feminista das relações internacionais ainda é pouco difundido em relação às correntes clássicas, apesar da importância do tema ser inegável. Segundo Viotti e Kauppi (2010), as abordagens feministas possibilitam uma análise alternativa da política mundial, gerando novos olhares sobre os geralmente esquecidos papéis sociais, políticos e econômicos que as mulheres desempenham nas Relações Internacionais.

A escolha da Guerra da Bósnia como conflito de análise teve como mote a ocorrência dos campos de concentração onde milhares de bósnias-muçulmanas sofreram estupros e outros tipos de violência brutal. Apesar de o assunto ser extremamente preocupante, especialmente por ter ocorrido em pleno final do século XX e ao lado da União Europeia, não teve o destaque merecido na mídia mundial ou em artigos acadêmicos.

Assim, dentre os objetivos específicos deste trabalho estão identificar as funções da mulher durante a Guerra da Bósnia; avaliar a ocorrência do estupro em massa como arma de

¹ Os principais dicionários de língua portuguesa divergem quanto à grafia correta do nome do país, existindo a possibilidade de ser “Bósnia-Herzegovina”, “Bósnia-Herzegóvina”, “Bósnia Herzegóvina” ou “Bósnia e Herzegovina”. Neste trabalho será utilizada a grafia “Bósnia e Herzegovina”, de acordo com o que consta no site do Ministério das Relações Exteriores.

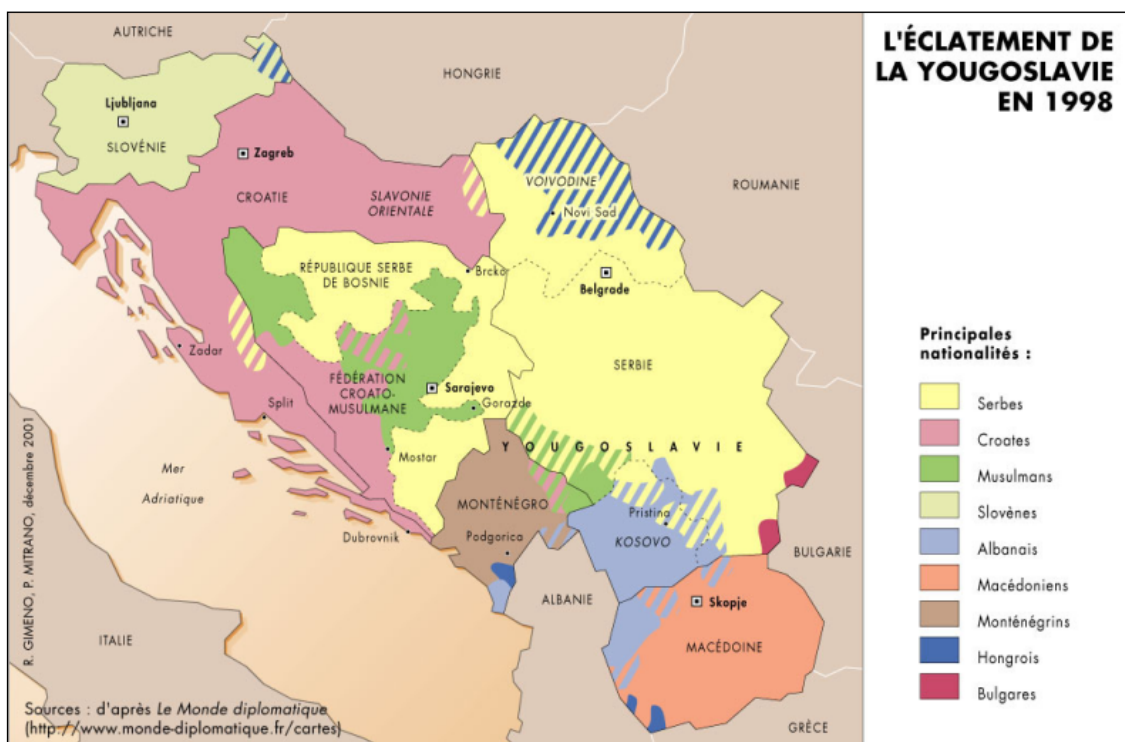
guerra e também conhecer o legado da Guerra no que consta ao papel da mulher durante situações de conflito e como a comunidade internacional o aborda. Além disso, será feita uma análise a respeito da importância estratégica do conflito.

Atingindo estes objetivos, será possível analisar o legado deste episódio a respeito da importância da mulher em tempos de guerra e como o assunto é tratado e abordado pela comunidade internacional, bem como a importância que a Guerra da Bósnia teve no desenvolvimento deste tema.

2 CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO

Até o início da década de noventa a Iugoslávia era formada por seis repúblicas: Sérvia, Macedônia, Croácia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia e Herzegovina. Também faziam parte do país duas províncias autônomas, Kosovo e Voivodina.

Figura 1 – Mapa da Iugoslávia pós-conflito



Fonte: SCIENCES-PO, 2010.

O fim da Guerra Fria e o consequente desmembramento da URSS tornaram a situação da Iugoslávia bastante instável. Por ser um país com múltiplas repúblicas, o fim do Partido

Comunista resultou na perda repentina para milhões de pessoas de sua principal referência, o que ocasionou uma busca por referências mais profundas. Assim, foram ressuscitadas feridas antigas, de guerras lutadas há séculos, ocasionadas por conflitos com etnia ou nacionalidades vizinhas.

Esta situação ocorreu especialmente porque a Iugoslávia da época de Tito apresentava certas peculiaridades em relação a outros países comunistas do período. A melhor ilustração desta diferenciação foi o fato de as nacionalidades das diferentes repúblicas terem sido mantidas, inclusive tendo direitos iguais, algo que não ocorreu durante a extinta União Soviética.

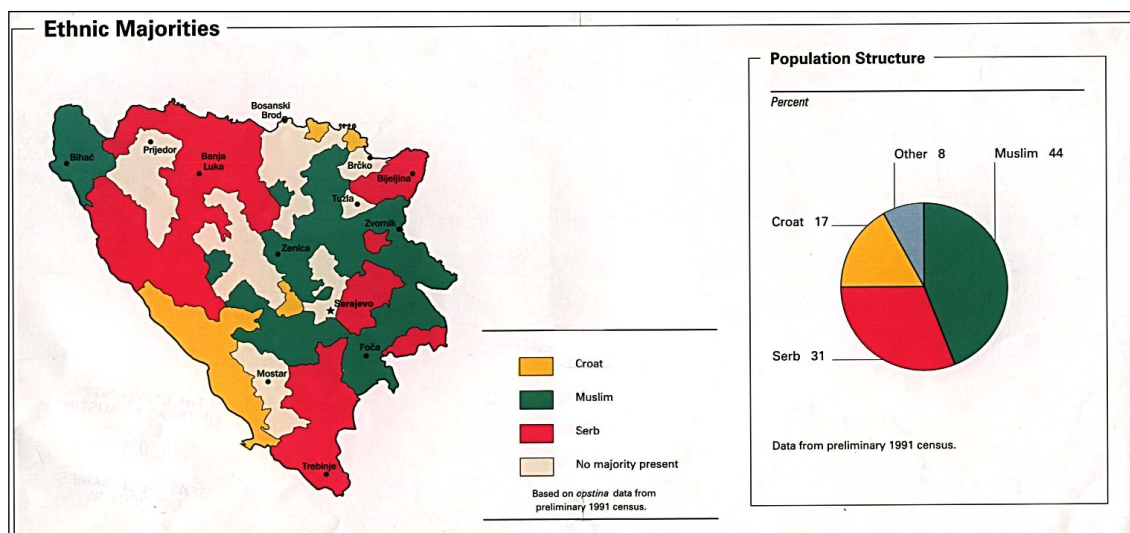
No entanto, com o passar do tempo, o descompasso entre as repúblicas mais ricas (Sérvia, Eslovênia e Croácia) e as mais pobres ficou mais evidente. No final dos anos 80, a Eslovênia, por exemplo, era responsável por 30% do PIB do país, mas tinha apenas 8% da população. O resultado foi a impossibilidade de manter a igualdade de direito entre as repúblicas, especialmente com o aumento da pressão da opinião pública por uma maior autonomia das unidades mais ricas.

Ainda em 1991, a nação viu duas de suas repúblicas, Croácia e Eslovênia, tornarem-se independentes. A Sérvia, no entanto, almejava a criação da Grande Sérvia, contando, para isso, com o território da Bósnia e Herzegovina. Esta ideia era alimentada pelo então presidente da Iugoslávia e líder do Partido Comunista Sérvio, Slobodan Milosevic,

[que] começou a promover uma forma extrema de nacionalismo sérvio, uma mudança em relação à Iugoslávia multiétnica, que tinha sido a base do país desde a Segunda Guerra Mundial [...] Ele substituiu líderes nas repúblicas por pessoas que compartilhavam pontos de vista semelhantes. (MINGST, 2009, p.205)

A Bósnia e Herzegovina era a república da ex-Iugoslávia que apresentava a maior miscigenação de etnias. Ela era composta basicamente por três grupos: os bósnios de origem sérvia, que representavam cerca de um terço do país e eram cristãos ortodoxos; os bósnios de origem croata, que eram a minoria, e os bósnios muçulmanos, que constituíam quase a metade do país. Os bósnios croatas e muçulmanos defendiam a independência da Bósnia, mas os bósnios sérvios eram contra por defenderem a criação de uma “Grande Sérvia”, que incluiria porções da Bósnia e Herzegovina e da Croácia, além da própria Sérvia. A figura 2 dá uma dimensão de como estava a divisão étnica da Bósnia no período antes da guerra:

Figura 2 - Maiorias étnicas na Bósnia antes da guerra



Fonte: The University of Texas at Austin, 2012

Mesmo com o clima de tensão, a Bósnia e Herzegovina declarou sua independência em 1992 através de um referendo, onde obteve 99,4% de votos a favor da separação. No entanto, o processo não foi tão simples assim:

O índice obtido na votação, da forma como fora divulgado, era enganoso. Aqueles 99,4% eram arrancados das pessoas que votaram. Mas os que votaram representavam 63,4% da população. Os mais de 35% restantes se abstiveram de votar. E eles eram constituídos de sérvios que, como os sérvios que viviam na Eslovênia e na Croácia, eram contra a independência. (SOARES, 1999, p.49).

Após o plebiscito, o conflito se intensificou por toda a região. Os sérvios cercaram Sarajevo, a capital da Bósnia, e ocuparam boa parte do país, dizimando principalmente os muçulmanos, além dos croatas, com o objetivo de fazer emergir uma República Sérvia. Dentre as atrocidades cometidas, estão a limpeza étnica e os estupros em massa.

A limpeza étnica, fundamental para a homogeneização populacional do território, realizou-se através da transferência de população (literalmente, um ônibus pegava as pessoas em casa e as levava até o território sob domínio dos seus), expulsão e extermínio. Queimas de casas, templos religiosos e plantações, estupros, torturas e assassinatos contribuíram nesse processo, que, podemos dizer, foi bem-sucedido – ao dividir o território, separando pessoas com base em sua ascendência étnico-nacional-

religiosa e fazendo com que o antigo modo de vida, baseado na coexistência e na heterogeneidade, passasse a ser inconcebível. (PERES, 2011).

Em torno de vinte mil mulheres muçulmanas e croatas foram estupradas durante o período da guerra. Esta era uma maneira de obter o controle das vítimas, seja através do medo, seja através da descendência, engravidando as mulheres da etnia rival. Deste modo, a população sérvia aumentava, já que os sérvios acreditavam que a etnia era transmitida pelo sêmen masculino e a população dos grupos rivais diminuía, pois inibia a reprodução futura devido ao trauma causado pelo estupro em si (ALLEN, 1996). Este ponto será mais profundamente analisado na seção 4 deste artigo.

Em dezembro do ano de 1992, diante dos diversos relatos de estupro, campos de detenção, limpeza étnica de muçulmanos, o Conselho Europeu e a França se encarregaram de investigar as acusações. Esta foi a base para a criação do Tribunal Internacional para a antiga Iugoslávia, que foi estabelecido em cumprimento da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 827 em 1993. Na próxima seção os papéis da ONU e da União Europeia serão analisados mais profundamente, bem como a relevância do conflito no âmbito das Relações Internacionais.

2.1 A importância estratégica do conflito para as Relações Internacionais

A Guerra da Bósnia marcou o final do século XX por envolver um grande número de mortos e refugiados num processo que pode ser considerado uma limpeza étnica menos de cinquenta anos depois da Segunda Guerra Mundial. Estima-se que 100 mil pessoas perderam suas vidas, aproximadamente 2 milhões tornaram-se refugiadas e um grande número ainda está desaparecido². Além disso, o conflito também mobilizou um grande contingente internacional, incluindo a atenção das principais potências, de várias ONGs e instituições internacionais de ajuda humanitária.

No entanto, esta atenção não impediu que a guerra tivesse início e que as atrocidades fossem cometidas. Pode-se falar numa certa negligência por parte da União Europeia quanto às estratégias de ação escolhidas. Mesmo assim, talvez o maior problema tenha sido o não entendimento geral do motivo do conflito, já que a limpeza étnica propriamente dita foi vista mais como um efeito colateral do que como o objetivo da guerra (KALDOR, 2007).

² De acordo com relatórios da Anistia Internacional, o número de desaparecidos gira em torno de 125 mil. Não é possível falar em números exatos devido à falta de listas oficiais com tais informações.

Quando a guerra estava prestes a eclodir, a União Europeia ainda tentou negociar acordos de cessar fogo entre as partes. No entanto, diante do fracasso dos mesmos, passou a pressionar a ONU para que esta assumisse essa responsabilidade, o que, já com a guerra em estado avançado, também se tornou infrutífera. Em parte este fracasso ocorreu devido à relutância das duas instituições em promover uma intervenção militar em uma escala maior, “na qual a sociedade internacional assumiria uma grande responsabilidade pelos acontecimentos” (JACKSON, 2007).

A atuação da União Europeia teve basicamente como pontos altos o reconhecimento diplomático da Eslovênia em 1992³; a retirada de embaixadores de Belgrado em resposta às ofensivas sérvias e à limpeza étnica ocorrida na Bósnia, que foi seguida pelos Estados Unidos e proveu uma significativa quantidade de apoio humanitário. Este último se deu através de comboios de ajuda, suprimentos de remédios e evacuação de civis (especialmente crianças e feridos). Como se pode ver foram poucas as ações mais agressivas, como a gravidade da situação exigia.

Já a ONU teve como uma de suas ações mais significativas o envio de 38,6 mil homens à Bósnia e Herzegovina, Croácia, Sérvia e Montenegro e à então república iugoslava da Macedônia. Esta missão foi denominada United Nations Protection Force, a UNPROFOR, e durou de 1992 a 1995. Dentre suas principais tarefas estavam garantir a segurança e o funcionamento do aeroporto de Sarajevo e a entrega de suprimentos para esta cidade e sua vizinhança, além de monitorar o espaço aéreo do país⁴ e acordos de cessar fogo.

O fim da guerra começou a se vislumbrar a partir da intervenção da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que passou a bombardear posições sérvias a partir do aval do Conselho de Segurança da ONU quanto à intervenção militar (ALMEIDA, 2003). Com isso, os sérvios foram gradativamente perdendo força e territórios e acabaram aceitando um acordo em 1995.

Com o Acordo de Dayton, que deu fim ao conflito, a OTAN, através da Resolução 1031 do Conselho de Segurança da ONU, liderou os esforços no sentido de reconstruir o país. Tais forças eram denominadas Força de Imposição (IFOR) e Força de Estabilização (SFOR) e tiveram dois desafios principais: manter a paz no território e proteger a população civil de eventuais ataques de forças armadas hostis. Posteriormente, ambas também auxiliaram outras

³ Sendo seguido pelos Estados Unidos e pela ONU, o que “legitimou” a criação do novo estado e acabou

transformando-se em mais um passo para a dissolução da Iugoslávia.

⁴ Foram criadas zonas no país onde os voos militares eram proibidos.

instituições no que tange a tarefas de caráter humanitário, político e civil. A IFOR, por sinal, foi a primeira operação de paz realizada pela OTAN.

Não se pode deixar de afirmar, também, que a importância da Guerra da Bósnia está no fato de ter trazido à discussão o uso do estupro como arma de guerra em casos de limpeza étnica. Foi a primeira vez que o assunto veio à tona na comunidade internacional, e invariavelmente levou a discussões para o desenvolvimento dos estudos da abordagem feminista das Relações Internacionais, como será visto na próxima seção.

3 A ABORDAGEM FEMINISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste artigo será utilizado o termo “abordagem feminista das Relações Internacionais” por ainda ser bastante complexo definir uma Teoria Feminista das Relações Internacionais propriamente. O que existe realmente são concepções teóricas que enveredam por diversas ramificações, tendo, entre elas, a tendência liberal, a marxista, a pós-moderna, entre outras.

Esta seção, portanto, dissertará sobre a abordagem feminista nas Relações Internacionais e o seu contexto, bem como mostrará um resumo das diversas correntes de pensamentos existentes nela. Também será apresentada a importância desta discussão para o desenvolvimento da abordagem.

3.1 Contextualização da abordagem

Um dos principais objetivos das abordagens feministas é expor a subordinação das mulheres pelos homens, o que existe de modo variado em todas as sociedades, e, também, mostrar a exclusão das mulheres no âmbito do discurso teórico das Relações Internacionais.

O Feminismo, ao se perguntar “onde estão as mulheres?”, passa, em primeiro lugar, a expor a construção sexista e *androcêntrica* das Relações Internacionais, para, em seguida, buscar inserir a visão feminina das Relações Internacionais. Levar em conta uma visão feminina significa reconhecer seriamente as experiências de, ao menos, 50% da população mundial. Ou seja, não é possível aceitar que o discurso masculino seja aquele que represente tanto os homens quanto as mulheres (SARFATI, 2005, p. 293).

Esta análise da desigualdade entre homens e mulheres é feita através das chamadas “lentes de gênero”. O que se entende a partir desta premissa é que a marginalização das

mulheres se daria principalmente por causa das características atribuídas ao sexo feminino (fragilidade, fraqueza, passividade), enquanto os valores associados ao sexo masculino (força, independência, racionalidade) seriam os “ideais”.

No âmbito da abordagem feminista existem vários autores com diversos temas e perspectivas, que eventualmente acabam tendo diferenças significativas entre si. Pode-se considerar a questão como uma fragilidade do enfoque, como alguns argumentam, mas também é possível pensar que essa gama de assuntos e visões que não fazem parte de um conjunto fechado de ideias também aumenta a abrangência de estudo da abordagem⁵. E, de todo modo, todas as vertentes concordam que o ponto de vista masculino é majoritário não apenas no cenário político internacional, como principalmente no que consta à segurança internacional.

No quadro 1 é possível ter uma ideia geral das diferentes ramificações dos debates feministas dentro das Relações Internacionais:

Quadro 1 – Correntes da abordagem feminista das Relações Internacionais

Feminismo Liberal	O feminismo liberal tem como enfoque a igualdade de direitos para homens e mulheres e, assim, documenta os vários aspectos da subordinação das mulheres, investigando os problemas de refugiadas, da desigualdade de renda e os tipos de violações dos direitos humanos sofridos desproporcionalmente pelas mulheres, como o tráfico e o estupro na guerra. Ele também defende uma maior participação do gênero nas instituições internas e organizações internacionais e observa como sua presença, ou a falta dela, afeta e é afetada pela política internacional de tomada de decisões.
Corrente Crítica Feminista	A corrente crítica feminista explora as manifestações ideacionais e materiais de identidades de gênero e poder de gênero com o interesse em mudar a balança de gênero da política global. Sandra Whitworth ⁶ segue esse pensamento e em sua obra afirma que o entendimento de gênero depende apenas em parte das condições

⁵Nem todas as abordagens feministas são pós-modernas. Algumas são mesmo ditas positivistas, mas, segundo Tickner (1997, p. 619), “a orientação normativa permite dizer que os estudos de gênero estão implicados no lado pós-positivista do terceiro debate”.

	<p>materiais de homens e mulheres em circunstâncias particulares. Ela sugere que o gênero também é constituído pelo significado dado a essa realidade – em outras palavras, ideias que homens e mulheres tem sobre suas relações um com o outro.</p>
<p>Construtivismo Feminista</p>	<p>O Construtivismo Feminista baseia-se no Construtivismo Social, e o foco dos estudos é a inter-relação entre ideias sobre gênero e políticas globais. Elisabeth Prügl⁷ é uma estudiosa desta corrente, com foco no tratamento do trabalho domiciliar no direito internacional. Como a maioria dos indivíduos que trabalham em casa são mulheres, o debate sobre a regulamentação sobre esse tipo de trabalho é um passo importante para o feminismo. Baixos salários e más condições de trabalho são frequentemente justificados com o argumento de que o trabalho domiciliar não é um “trabalho real”, uma vez que tem lugar na esfera privada da família, e não na mais valorizada esfera pública.</p>
<p>Feminismo Pós-Moderno</p>	<p>Esta corrente está particularmente preocupada com a relação entre conhecimento e poder – o que significa que aqueles que constroem e criam conhecimento ganham uma grande quantidade de poder fazendo isso. Ela ressalta que os homens, em geral, têm sido vistos como os conhecedores e que o que tem contado como conhecimento é baseado na vivência masculina na esfera pública. As mulheres geralmente não têm sido vistas como conhecedoras ou sujeitos de conhecimento.</p>
<p>Feminismo Pós-Colonial</p>	<p>A teoria foca nas relações coloniais de dominação e subordinação estabelecidas durante o imperialismo europeu nos séculos XIII e XIX. Os pós-colonialistas afirmam que essas relações de dominância ainda persistem e que são construídos na forma como o conhecimento ocidental retrata as pessoas e os países do sul de hoje. Esta corrente faz afirmações similares sobre como o feminismo ocidental construiu conhecimento sobre mulheres não</p>

⁶ Sandra Whitworth é professora da Universidade de York e membro do Conselho de Estudos das Mulheres. Em 1994, ela escreveu o livro *Feminism and International Relations*, que concentra grande parte de suas ideias sobre a Teoria Crítica Feminista.

⁷ Elisabeth Prügl é professora da The Graduate Institute of International and Development Studies em Genebra. Ela tem diversos livros e artigos publicados, especialmente a respeito de gênero, mulheres e políticas públicas.

	ocidentais. Assim como feministas criticaram o conhecimento ocidental por ser um conhecimento construído principalmente a partir da vivência dos homens, teóricos desta corrente veem problemas similares decorrentes do conhecimento feminista que é baseado em grande parte nas experiências das relativamente privilegiadas mulheres ocidentais.
--	---

Fonte: *The Globalization of World Politics: an Introduction to international relations*, 2008.

3.2 Importância de uma teoria feminista das RI

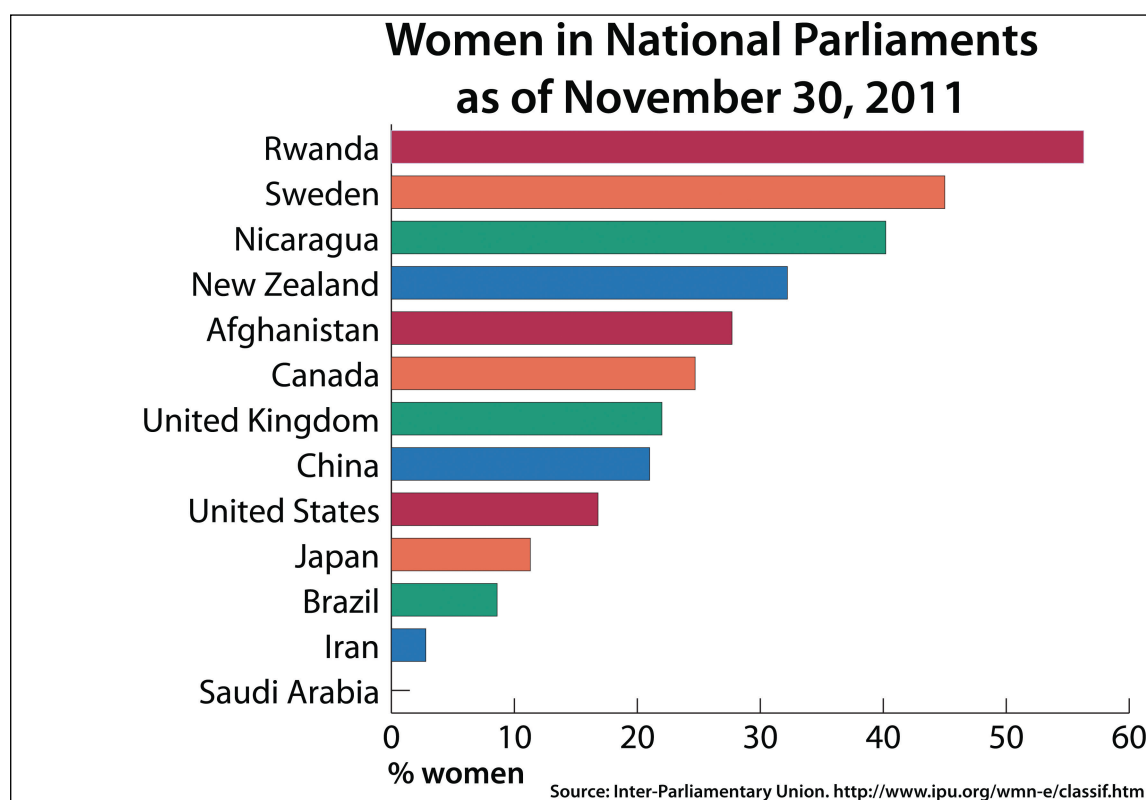
As perspectivas feministas começaram a ser discutidas no âmbito das relações internacionais por volta dos anos 80, no final da Guerra Fria, quando a agenda internacional permitiu o surgimento de novos assuntos a serem discutidos além do conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética. O foco das discussões passou a ser também a redefinição de segurança como segurança de seres humanos, em oposição ao antigo foco principal de segurança entre estados (TICKNER, 2011). As relações internacionais passaram, então, a dar mais atenção aos conflitos etno-nacionais e ao alto número de civis mortos ou feridos nesses conflitos.

Com o estupro de mulheres se tornando uma arma para a limpeza étnica em algumas das guerras de caráter étnico da década de 1990, a disciplina de Relações Internacionais não teve mais como não lidar com a relevância da categoria de gênero na política internacional. (NOGUEIRA, 2005, p. 223).

É interessante constatar que muito pouco havia sido produzido a respeito do feminismo no âmbito das Relações Internacionais até o início da década de oitenta. Ou seja, mesmo as vitórias do movimento feminista até então não haviam sido importantes para o cenário internacional, e conseqüentemente, para o estudo da disciplina (HALLIDAY, 1999).

Com o início das discussões, ficou claramente constatado que as mulheres estavam marginalizadas no cenário internacional, especialmente no que consta ao seu papel nas questões de segurança. Como ainda é um problema recorrente, e não apenas em países tidos como mais conservadores, como os islâmicos, entende-se que esta marginalização se dá mais por motivos disfarçados do que por motivos formais de exclusão, o que dá força à análise feita através das “lentes de gênero” mencionadas no início da seção. Na figura 3 este panorama se torna mais claro:

Figura 3 – Participação feminina nos parlamentos nacionais



Fonte: União Interparlamentar, 2012.

Assim, um dos principais pontos defendidos por feministas é o da inclusão das mulheres nos cargos tomadores de decisões⁸, já que, como visto no gráfico acima, apenas

⁸ Entre diversos exemplos da importância de líderes femininas é possível citar Ellen Johnson-Sirleaf, a atual presidente da Libéria, que foi a primeira mulher eleita para o cargo, em 2005, após a guerra civil que matou

Ruanda tem um percentual maior de mulheres em seu parlamento, e ainda assim é mais em virtude de uma guerra civil devastadora do que propriamente por mérito das mulheres ruandesas. Obviamente a razão não ficaria na associação simplista de que as mulheres tendem a ser mais pacíficas e os homens tendem a guerrear. Afinal, há alguns exemplos de mulheres no poder que absolutamente não se encaixaram na visão geral que se tem do gênero feminino, como Margareth Thatcher na Inglaterra e Golda Meir em Israel.

Além disso, a abordagem feminista é importante por focar na importância da inclusão de gênero nos estudos de relações internacionais e na questão das condições humanas, algo que não era abordado pelas teorias existentes até então. Com este tema finalmente sendo incluído na pauta da agenda internacional, começaram a surgir políticas públicas neste sentido.

Outra consequência do crescimento dos estudos feministas dentro das Relações Internacionais, como visto, é a discussão em torno do papel que as mulheres exercem na política e na segurança internacional. Neste sentido, pode ser percebida uma atuação feminina em uma gama diversa de áreas, como a militar, por exemplo. Na próxima seção será discutido esse papel apenas no âmbito da guerra, que é o objetivo principal deste trabalho.

4 O PAPEL DA MULHER NA GUERRA

O papel da mulher na guerra começou a ser estudado mais popularmente há pouco menos de duas décadas. Ann Tickner escreveu em seu livro *Gender in International Relations*, de 1992, que existia pouco material a respeito do papel das mulheres em guerras, pois geralmente elas são vistas como vítimas, mas raramente como agentes. Ainda hoje o tema é pouco abordado diante da gravidade da situação, mas não significa que não haja uma discussão a respeito.

A participação das mulheres na política internacional sempre envolveu, em maior parte, a esfera não governamental, e raramente esteve presente nas lideranças dos Estados ou nas lideranças militares¹⁰. Neste último campo, elas atuam há muito tempo, seja como cozinheiras, lavadeiras ou enfermeiras. As enfermeiras, especialmente, tem servido mais

250 mil pessoas no país. Ela ganhou o prêmio Nobel da Paz em 2011. Também pode-se mencionar Michelle Bachelet, que presidiu o Chile e agora é a diretora executiva do UN Women.

¹⁰ Neste último caso, os “motivos disfarçados” citados anteriormente talvez sejam mais evidentes. O que se espera de alguém numa posição de liderança, especialmente no que consta às lideranças militares, são atitudes tidas simbolicamente como masculinas, como força, racionalidade e independência.

perto das linhas de fogo nos últimos anos, tornando-se ainda mais vitais durante os conflitos. No entanto, o seu lado da história, suas atividades e sua atuação são raramente citados, “perhaps because they speak of death, injury, and vulnerability, rather than heroism” (TICKNER, 2001, p.57).

Mesmo assim, as mulheres são profundamente afetadas pelas decisões tomadas tanto pelas lideranças dos países quanto pelas lideranças militares. As mortes de civis constituem em torno de 90% do total nas guerras atuais, e as mulheres e crianças são a maioria das vítimas desses casos.

Como visto na primeira seção deste trabalho, um dos casos mais graves e preocupantes de ataques que as mulheres costumam sofrer durante os conflitos é o estupro. As mulheres estupradas costumam ser estigmatizadas perante sua própria família e comunidade, sendo a expulsão das vítimas uma atitude muito comum. Por causa disso, o estupro não é mais um acidente de guerra, e sim uma arma, especialmente em casos de limpeza étnica, quando o ato enfraquece a identidade de comunidades inteiras.

O estupro na guerra pode ser entendido como uma mensagem entre os homens, onde o lado que perde se vê sem as ilusões de poder e propriedade. Isso acontece porque “na sociedade patriarcal, a possessão da mulher é o símbolo do sucesso masculino, e sua defesa motivo de orgulho para o homem” (BROWNMILLER *apud* PERES, 2011).

Este dado nos leva ao chamado “mito da proteção”, que surge a partir da premissa de que os homens entram em guerras para proteger as “pessoas vulneráveis”, categoria que geralmente engloba mulheres e crianças, mas acabam por serem elas as principais vítimas. Isso nos leva a concluir que, por mais que as mulheres participem pifiamente das tomadas de decisões mundiais, especialmente as relacionadas à segurança internacional, ainda assim elas são o grupo social mais atingido. De acordo com Tickner (2001),

[...] looking at the effects of war through gendered lenses, we find that war is a cultural construction that depends on myths of protection. Such myths have been important in upholding the legitimacy of war.

A guerra, portanto, não seria uma atividade exclusivamente masculina, reservada para os homens e limitada a eles. Ela é, sim, uma atividade onde ainda existe claramente uma subordinação das atividades das mulheres em relação às atividades masculinas, fruto de uma predominância patriarcal perpetuada há séculos, em diversos níveis. Na próxima seção será visto como esta subordinação já afetou muitas mulheres e continua afetando, especialmente

no caso da Guerra da Bósnia.

4.1 O Papel da Mulher na Guerra da Bósnia sob a Abordagem Feminista das Relações Internacionais

Para entender o papel da mulher durante a Guerra da Bósnia é interessante analisar como era a participação feminina durante o governo comunista da Iugoslávia. De acordo com o relatório da ONG sueca Kvinnatill Kvinna, que coopera com organizações de mulheres na Bósnia e Herzegovina desde 1994, a emancipação das mulheres neste período

[...] was understood only as a part of the emancipation of the working class, and most of the economic and social rights of women (health care rights, maternity rights, pension rights, development of child care facilities) were connected to their status as workers. Violations against women, especially in the family, were disregarded. (KVINNA TILL KVINNA FOUNDATION, 2000)

Ainda de acordo com o relatório, desde 1945 até 1990 houve diversos avanços em relação aos direitos das mulheres na Iugoslávia, especialmente na Bósnia e Herzegovina, tais como o direito de votar e a conquista da independência financeira pelo fato de a maioria trabalhar em tempo integral.

As eleições de 1990, no entanto, resultaram na ascensão de partidos políticos nacionalistas e extremamente conservadores. Com isso, surgiram políticas em prol de valores patriarcais onde o papel da mulher se resumia a realizar afazeres domésticos, por tais partidos basearem-se em interpretações conservadoras das religiões católica, islâmica ou ortodoxa. Os direitos parcialmente alcançados pelas mulheres durante o governo comunista foram, então, deixados de lado quando suas doutrinas começaram a ser questionadas.

Até 1990, não se teve notícia de um movimento independente de mulheres na Bósnia e Herzegovina, mas tal manifestação ocorria nos países vizinhos. Com a ameaça de eclosão da guerra no início da década, a situação começou a mudar. Estes grupos de mulheres, mesmo segregados em diferentes cidades, juntaram-se aos movimentos de paz. Embora não tendo sido bem sucedidos neste sentido, os grupos tiveram outros objetivos ao longo da guerra: conseguiram ajuda para mulheres prejudicadas pelo conflito, cuidaram de viúvas refugiadas e suas crianças, e auxiliaram outras mulheres a organizar atividades que gerassem renda para o sustento da família.

A guerra causou um desastre humanitário que sobrecarregou a capacidade do governo

de suprir as diversas e urgentes necessidades da população. Este vácuo foi preenchido em grande parte por estes grupos de mulheres, já que predominavam tanto em beneficiárias quanto em prestadores de serviço, visto que a grande maioria dos homens estava no exército.

No entanto, por mais que existisse uma rede de ajuda, as mulheres foram bastante prejudicadas pela guerra. Em tempos assim há grandes chances de ocorrerem estupros e prostituição, sendo que

“o estupro não é apenas um acidente de guerra, mas frequentemente uma estratégia militar sistemática. Estima-se que entre 20.000 e 35.000 mulheres foram estupradas durante a Guerra da Bósnia. Neste caso, o estupro foi associado a uma política de limpeza étnica. A estratégia incluía gravidezes forçadas com o objetivo de fazer as mulheres bósnias terem bebês sérvios e, assim, transformar a Bósnia em um estado Sérvio” (BAYLIS, 2008).

Mesmo assim, as mulheres tiveram papéis centrais no que se refere à criação e manutenção de ONGs no período pós-conflito. Foi através destas organizações que foi possível manter redes de ajuda entre os afetados pelo conflito.

The local NGOs they have formed engage in a variety of humanitarian, social service, cultural, and self-help issues, as well as political and social issues involving campaigns for women’s human rights and gender quality (HELMS, 2002)

Dois exemplos de ONGs que realizaram trabalhos importantes em prol da população tanto durante como depois do conflito são a Women in Black – Belgrado e a The Medica Women’s Therapy Centre. A primeira, criada em 1991, realizou protestos contra o governo de Milosevic e providenciou auxílio para refugiados. Além disso, desenvolveu projetos especiais para mulheres refugiadas, como o estímulo à confecção de artesanato para fomentar seu próprio sustento. A segunda surgiu em 1993 com o objetivo de disponibilizar apoio psicológico, ginecológico e social para as mulheres e crianças vítimas de abuso. O foco do trabalho era, além de disponibilizar atendimento médico, fazer com que psicólogos e psiquiatras trabalhassem ao lado dos médicos, já que as agressões físicas e os traumas estavam fortemente relacionados.

Além dos papéis de prover ajuda quando o estado não tinha as condições necessárias de proteger seus próprios cidadãos, estes grupos femininos também tiveram um papel fundamental no pós-guerra e nos julgamentos no Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia. Servindo como um canal entre os investigadores e as vítimas e testemunhas, eles permitiram que os julgamentos atingissem um número maior de pessoas do que o imaginado (MERTUS, 2004).

O que se percebe, portanto, é que mesmo se organizando e efetivamente contribuindo para a reconstrução do país através dos atos citados acima, as mulheres foram deixadas de lado na parte política formal. Inclusive, elas foram marginalizadas durante as próprias negociações de paz. Ou seja, todo o esforço empregado poderia ter sido claramente mais eficaz e até mesmo mais abrangente se elas participassem efetivamente do governo.

Em 2009, a Anistia Internacional constatou que muitos sobreviventes continuam sofrendo em silêncio, seja através de traumas ou outros sintomas físicos e psicológicos. Eles frequentemente não querem, ou não podem, voltar para suas casas do período pré-guerra por causa dos traumas ou porque seus algozes continuam morando nas mesmas comunidades. Existem também os casos dos sobreviventes que vivem na pobreza e não conseguem empregos devido aos ferimentos físicos e mentais originados da guerra. A discriminação étnica no trabalho é um problema recorrente, tendo o desemprego um índice alto no país. O acesso a tratamentos psicológicos também é dificilmente disponibilizado para estes sobreviventes.

Atualmente, as mulheres da Bósnia e Herzegovina continuam tendo vários motivos para continuarem lutando. De acordo com o Relatório de Progresso da Bósnia e Herzegovina de 2012¹² elaborado pela Comissão Europeia,

Legal provisions guarantee women's rights and gender equality are in place. The implementation of the Action Plan on UN Security Council Resolution 1325 regarding Women, Peace and Security continued but awareness and financial resources for its implementation need to be strengthened. Political participation by women remains low. The 40% quota for women within the public administration, as stipulated by the Gender Equality Law, has not been reached. Women continue to face unequal access to the labor market and the level of female participation in the workforce remains low (EUROPEAN COMMISSION, 2012).

Estes dados nos mostram que, por mais que as mulheres tenham feito um enorme trabalho para a nação durante o conflito, elas ainda necessitam de apoio externo, como as ONGs, para que tenham uma perspectiva melhor. No entanto, houve avanços no que consta à atuação das Organizações Internacionais desde a época do conflito. Em 2000 o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança¹³. Além disso, atualmente existe a UN Women¹⁴, que unifica as quatro instâncias

¹² Desde março de 2002 a Comissão Europeia reporta anualmente ao Conselho e ao Parlamento Europeu o progresso feito pelos países dos Bálcãs através de um relatório. O documento citado faz uma breve descrição das relações entre a Bósnia e Herzegovina e a União Europeia e analisa a situação do país em termos de critérios políticos e econômicos para uma possível filiação à organização.

¹³ Esta resolução defende a igual participação das mulheres nos esforços de manutenção de paz e reconstrução em situações de pós-conflito.

das mulheres dentro das Nações Unidas: A Divisão para o Avanço das Mulheres, o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para a Promoção da Mulher, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e o Escritório de Assessoria Especial em Questões de gênero.

5 CONCLUSÃO

Em um primeiro momento, a percepção que temos da participação das mulheres durante uma guerra resume-se a acreditar que elas foram apenas vítimas. Essa visão é corroborada por uma significativa falta de material mostrando o outro ponto de vista, o das mulheres, pessoas que são diretamente prejudicadas nesse processo.

Na Guerra da Bósnia não foi diferente, já que aconteceram atrocidades numa época em que os fantasmas da Segunda Guerra Mundial pareciam praticamente exorcizados. Um ponto curioso é que uma das maiores crueldades ocorridas, a existência de campos de estupro em massa, não teve tanta repercussão quanto outros casos (igualmente deploráveis), como o massacre de milhares de homens e garotos em Srebrenica.

Mesmo assim, por mais que as atitudes tomadas e as mobilizações tenham surtido efeito e efetivamente ajudado outras vítimas do conflito, este trabalho poderia ter tido uma dimensão muito maior. Na Guerra da Bósnia, as mulheres agiram muito mais através de organizações não-governamentais do que propriamente através de cargos de liderança no governo. Isso se deu porque elas simplesmente continuaram a ser mantidas à parte dos cargos de poder, mesmo com um grande número de homens tendo sido assassinados durante o conflito. Elas inclusive ficaram alijadas das negociações de paz, apesar de terem se organizado com objetivos idênticos antes mesmo de a guerra ter iniciado.

O que pode ser percebido, além deste caso específico da Bósnia, é que as mulheres continuam à margem dos cargos de poder também na comunidade internacional. Este é justamente um dos pontos principais das discussões da abordagem feminista das Relações Internacionais. Afinal, os interesses deste grupo social não tem representação e, portanto, os próprios direitos das mulheres são subtraídos nesse processo, acentuando a vulnerabilidade

¹⁴ A UN Women, ou ONU Mulheres, é a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres e foi criada em 2010. Ela visa apoiar os Estados-Membros da ONU no que consta a “estabelecer padrões globais para alcançar a igualdade de gênero e trabalhar junto aos governos e à sociedade civil para formular leis, políticas, programas e serviços necessários à implementação desses padrões”, de acordo com sua premissa.

feminina. Enquanto não houver um maior reconhecimento das mulheres e da importância do gênero como peças-chave nas Relações Internacionais, estes direitos não vão ser reconhecidos.

Já foi mais do que provado que elas têm capacidade de exercer cargos de poder e de ter maior participação no que se refere a assuntos de segurança internacional. O que se vê nesses mais de vinte anos de discussões é que, apesar de tudo, muito pouco foi conquistado diante de todos os desafios que as mulheres internacionalistas precisam enfrentar. Há muitos preconceitos e resistências a serem combatidos para que se possa, enfim, desenvolver uma Teoria Feminista das Relações Internacionais e explicar mais acontecimentos, como a Guerra da Bósnia, por essa nova perspectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Marques. A NATO e a intervenção militar na Bósnia. **Nação e Defesa**, nº 105, 2ª série, p. 177-198, 2003.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Whose Justice?** The Women of Bosnia and Herzegovina Are Still Waiting. London, 2009.

ALLEN, Beverly. **Rape warfare: the hidden genocide in Bosnia-Herzegovina and Croatia.** Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The globalization of world politics: an introduction to international relations.** 4th ed. Oxford [Inglaterra]: Oxford University Press, 2008.

EUROPEAN COMMISSION. **Bosnia and Herzegovina 2012 progress report.** 2012. Disponível em: ec.europa.eu/enlargement/countries/strategy-and-progress-report-index_en.htm. Acesso em: nov. 2012.

GINSBERG, Morris. **The European Union in international politics: baptism by fire.** New York: Rowman & Littlefield, 2001.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, FAPA, 1999.

HELMS, Elissa. Women as agents of ethnic reconciliation? Women's NGOs and international intervention in postwar Bosnia-Herzegovina. **Women's Studies International Forum**, USA, v. 26, n. 1, p. 15-33, 2002.

JACKSON, Robert H. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

KALDOR, Mary. **New & old wars.** 2nd ed. Stanford [Estados Unidos]: Stanford University Press, 2007.

KVINNA TILL KVINNA FOUNDATION. **Engendering the Peace Process: a gender approach to Dayton - and beyond.** Stockholm, 2000. Disponível em: kvinnatillkvinna.se/en/publications/reports. Acesso em: ago. 2012.

MERTUS, Julie; **Women's Participation in the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (ICTY): Transitional Justice for Bosnia and Herzegovina.** *Women Waging Peace Policy Commission.* Sanam Naraghi Aderlini, Series Editor. Julho de 2004.

MINGST, Karen A. **Princípios de relações internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2009.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2005.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. **Campos de estupro**: as mulheres e a guerra na Bósnia. Cad. Pagu [online]. 2011, n.37, pp. 117-162. ISSN 0104-8333. Acesso em: 6 abr. 2012.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOARES, Jurandir. **Iugoslavia**: Guerra Civil e Desintegração. Porto Alegre, Novo Século, 1999.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations**: feminist perspectives in achieving global security. New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-Cold War era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. **Feminism and international relations**: conversations about the past, present and future. New York, Routledge, 2011.

WALSH, Martha. **Bosnia and Herzegovina, in Women and Civil War**: Impact, Organizations, and Action 57, Krishna Kumar ed., Lynne Rienner Publishers, 2001.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International relations theory**. 4th ed. New York: Longman, 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Os dez anos que abalaram o século 20**: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre, Novo Século, 1999.

SITES DE INTERESSE:

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS – ACNUR. 2012. Disponível em: www.acnur.org. Acesso em: jul. 2012.

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. 2012. Disponível em: <http://anistia.org.br/>. Acesso em: jul. 2012.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. 2012. Disponível em: www.icrc.org. Acesso em: set. 2012.

HUMAN RIGHTS WATCH. 2012. Disponível em: www.hrw.org. Acesso em: out. 2012.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. 2012. Disponível em www.icty.org. Acesso em: ago. 2012.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. 2012. Disponível em: www.nato.int. Acesso em: set. 2012.

PARLAMENTO EUROPEU. 2012. Disponível em: www.europarl.europa.eu. Acesso em: ago. 2012.

PROJECT PEACEWOMEN. [O PeaceWomen é um projeto da Liga Internacional da Mulher pela Paz e Liberdade]. 2012. Disponível em: www.peacewomen.org. Acesso em: nov. 2012.

INTER-PARLAMENTARY UNION. 2012. Disponível em: www.ipu.org. Acesso em: set. 2012.

UNITED NATIONS. 2012. Disponível em: www.un.org. Acesso em: jul. 2012.

WOMEN IN BLACK. 2012. Disponível em: www.zeneucnom.org. Acesso em: nov. 2012.